

Antes do passado: uma aprendizagem***Antes do passado: an apprenticeship***GRACIELA FOGLIA¹

Resumo: Neste trabalho se analisa *Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum, relato da busca da autora por vestígios da vida de Cilon Cunha Brum, seu tio e padrinho, militante do PCdoB desde a década de 1960 até seu desaparecimento na selva, na década de 1970. Liniane e Cilon, por diferentes motivos, são vítimas da violência do Estado, o que justifica a leitura de *Antes do passado* à luz das reflexões sobre literatura de testemunho. Como muitos textos deste tipo, o relato é feito de fragmentos e de silêncios, mas também, até quase o final, está fortemente marcado por medos e desconfiças entre aqueles que conviveram com Cilon e a narradora-protagonista; ela nem parece se interessar pelas suas histórias de sofrimento. A hipótese e objetivo do trabalho é a de que o texto de Haag Brum pode ser lido como um «romance de formação»: uma narradora protagonista que procura um familiar, que não está interessada em ouvir as testemunhas quando o foco da fala se desvia de seu objetivo e que, no fim, se transforma, não só ela, mas também, até certo ponto, sua escrita.

Palavras-chave: *Antes do passado*; Liniane Haag Brum; literatura de testemunho; romance de formação.

Abstract: This work analyzes *Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia* (2012), by Liniane Haag Brum, an account of the author's search for traces of the life of Cilon Cunha Brum, her uncle and godfather, PCdoB militant from the 60's until his disappearance in the jungle in the 70's. Liniane and Cilon, for different reasons, are victims of State violence, which justifies the reading of *Antes do passado*, in the light of reflections on testimonial literature. Like many texts of this type, the report is made up of fragments and silences, but also, until almost the end, it is strongly marked by fears and mistrust among those who lived with Cilon and the narrator-protagonist; she doesn't even seem interested in their stories of suffering. The work's hypothesis is that Haag Brum's text can be read as a «training novel»: a protagonist narrator who looks for a family member, who is not interested in listening to witnesses when the focus of the speech deviates from its objective and which, in the end, is transformed, not only her but also, to some extent, her writing.

Keywords: *Antes do passado*; Liniane Haag Brum; testimony literature; novel of education.

¹ Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), Universidade Federal de São Paulo, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8795-1359>.

Se queremos um outro país, sem genocídios e sem racismo, com uma democracia também para o povo periférico, somos obrigados a reconhecer que os desaparecidos são «nossos».
(Teles, 2021)

1. Introdução

Neste trabalho faço uma breve análise de *Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum, relato da busca da autora por vestígios da vida de Cilon Cunha Brum, seu tio e padrinho, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde o final da década 1960 até seu desaparecimento no Araguaia, na década de 70.² O livro se divide em quatro partes, sendo que a primeira, dedicada à busca de informação sobre o padrinho entre familiares e companheiros/as de militância, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, ocupa mais de metade do romance; as outras três se referem às buscas de notícias sobre Cilon entre camponeses que conviveram ou tiveram algum contato com ele no Araguaia. Essa distribuição desigual, entre outros aspectos da narração, reforça a ideia de que o eixo não é saber o que aconteceu no Araguaia – como o título do livro induz pensar. No entanto, *Antes do passado* poderia ser lido à luz das reflexões

sobre literatura de testemunho, quando consideramos que tanto Cilon Cunha Brum quanto Liniane Haag Brum, por diferentes motivos, são vítimas da violência de Estado: ele pelo seu assassinato e posterior desaparecimento do corpo, ela pelos motivos que descrevo abaixo.

Como se sabe, durante bastante tempo, o Estado brasileiro, no geral, não se caracterizou por buscar a verdade, muito menos a justiça, em relação aos crimes cometidos durante a ditadura cívico-militar que vigorou entre 1964 e 1985. Foi necessário esperar até 1995 e 2002 para que fossem sancionadas a «Lei dos Desaparecidos» (Lei n.º 9.140 de 4 de dezembro de 1995) e a de reparação aos perseguidos políticos (Lei n.º 10.559 de 13 de novembro de 2002). No entanto, ambas deixaram para os sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos a tarefa de demonstrarem a culpa do Estado na violação dos direitos humanos. As leis o desobrigaram de

identificar e responsabilizar os que estiveram diretamente envolvidos na prática dos crimes, e [...] o ônus da prova [foi] deixado aos próprios familiares [...] limitando a questão à esfera doméstica e não como um direito da sociedade. (Mezarobba, 2010: 111)

² Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. 3 (CNV, 2014: 26), houve, durante a ditadura brasileira (1964-1985), 243 desaparecidos, dos quais, até 2014, tinham sido identificados 33 corpos; depois, até 2021, foram identificados mais dois (G1, 2018). Esse número, 243, não leva em conta o dos camponeses mortos e desaparecidos no norte do país no mesmo período, que, segundo o Relatório *Camponeses mortos e desaparecidos* (Viana, 2013: 19), se calcula em 756, sendo que 432 foram assassinados depois da abertura política, entre 1979 e 1985. Ainda segundo o mesmo relatório, houve 436 assassinatos no período considerado de transição, entre o fim da ditadura, em 1985, e a promulgação da Constituição, em 1988.

Mezarobba afirma que as leis não incluíram nenhuma medida simbólica de reparação ³ como a reabilitação do nome das vítimas, pedidos oficiais de desculpas, demarcação de espaços públicos dedicados à memória das vítimas, estabelecimento de datas e cerimônias comemorativas ³, medidas que levariam a problemática do âmbito privado ao público: «não houve nenhuma campanha envolvendo a sociedade quando se tratou de discutir as obrigações do Estado democrático em relação aos crimes do passado e aos direitos das vítimas» (Mezarobba, 2010: 115). Dessa forma, «a luta em torno dos direitos das vítimas e das obrigações do Estado praticamente não conseguiu sensibilizar mais ninguém além dos diretamente nela envolvidos» (Mezarobba, 2010: 110). Nesse sentido – o da insensibilidade social em relação à violência daqueles anos –, o relato de Brum, além de estar feito, como muitos testemunhos, de fragmentos, de silêncios, de diferentes gêneros, também está fortemente marcado por medos e desconfianças entre testemunhas que conviveram com Cilon e a narradora-protagonista: ela desconfia, por exemplo, de alguns companheiros de militância do tio, como José Genoino³ (Brum, 2012: 62), e dos camponeses

que conviveram com Cilon, e estes, por sua vez, desconfiam dela. Até um certo ponto da narrativa, ela nem parece se interessar pela história de sofrimento daqueles que conheceram seu tio: «Seu Pici [...] ia e vinha em detalhes de torturas físicas e psicológicas que me eram incompreensíveis e desencadeadas [...]. *Fui perdendo a concentração*, perdendo meu olhar por entre a porta que dava no outro cômodo da casa: o chão batido de terra» (Brum, 2012: 172); «A filha do casal entrou na sala com o café preto na bandeja. A bebida serviu de disfarce – porque *minha vontade era apressar-lhe o relato*»⁴ (Brum, 2012: 178).

A hipótese deste trabalho é a de que o texto de Brum, impregnado dessa realidade – a da luta dos familiares e a da insensibilidade social para com as violências da ditadura –, tem algumas características do «romance de aprendizagem», em que o desenvolvimento do protagonista é narrado por meio de experiências sucessivas que afetam sua posição diante de si mesmo e diante do mundo e das coisas, e que, além disso, cumpre (ou procura cumprir) uma função propedêutica, seja positiva (modelo para imitar) seja negativa (modelo para rejeitar)⁵ (De Diego, 1998: 7). Na descrição de

³ José Genoino (1946) comandou um grupo da guerrilha do Araguaia até ser capturado, em 1972, e ficar preso, até 1977. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, foi deputado federal e denunciado por corrupção.

⁴ Destaques meus.

⁵ Dentro dos tipos de romances de formação elencados por Bakhtin, essa última característica pertence ao terceiro «romance didático-pedagógico» (2006: 221).

Bakhtin dos romances de formação, no quinto tipo, o mais importante segundo ele,

a formação do homem se apresenta em indissolúvel relação com a formação histórica. A formação do homem efetua-se no tempo histórico real com sua necessidade, com sua plenitude, com seu futuro, com seu caráter profundamente cronotópico. Nos quatro tipos anteriores, a formação do homem transcorria sobre o fundo imóvel de um mundo pronto e, no essencial, perfeitamente estável. (Bakhtin, 2006: 221)

Na interpretação de Lukács, o romance de formação remete ao limite entre duas épocas: «la obra da forma a la crisis trágica de los ideales humanistas burgueses, al comienzo de su rebasamiento [...] del marco de la sociedad burguesa» (Lukács, 1968: 111). É claro que em *Antes do passado* não se trata do limite entre duas épocas. No entanto, pode se afirmar que no tempo histórico da autora-narradora, o tempo das pesquisas e das entrevistas, no começo dos anos 2000, havia um ar de mudança: tinha chegado ao governo o Partido dos Trabalhadores, que prometia reformas nunca antes vistas, e, no que se refere à busca por verdade e justiça, os familiares e movimentos de di-

reitos humanos conseguiram incluir no Plano Nacional de Direitos Humanos, em 2008, a proposta de criar a Comissão de Verdade e Justiça (Teles, 2018: 18). Por isso, pode se dizer que o romance de Brum dá testemunho não apenas da busca e do sofrimento das famílias dos desaparecidos, como mostra também um conflito social, encarnado na voz da narradora, entre as e os que procuram por seus mortos e toda outra parte da sociedade que deu e dá as costas para essa problemática. Para nos aproximar dessa interpretação, a seguir comento, em duas sessões diferentes, aspectos de testemunho e de aprendizagem no texto de Brum.

2. Questões de testemunho

Antes do Passado. O silêncio que vem do Araguaia conta duas histórias: por um lado, tenta reconstruir a vida de Cilon Cunha Brum desde os anos 60, quando teria começado a militância no PCdoB, até seu desaparecimento, na região do rio Araguaia⁶, em 1973; por outro, acompanhamos a busca da narradora por informação que lhe permita conhecer a história de seu padrinho, mas também vemos nela uma transformação: num primeiro momento, a autora, obstinada na procura do tio, parece não se importar com mais nada. No entanto,

⁶ O PCdoB organizou, a partir de 1967, uma guerrilha na área rural localizada entre os estados de Maranhão, Pará e Goiás. «O objetivo era plantar uma sólida base de guerrilha rural em uma região marcada pela miséria e pelo conflito de terras» (Napolitano, 2014: 126). Entre 1972 e 1974, houve três campanhas das Forças Armadas para eliminar a guerrilha, tendo apenas vencido na última. «A repressão contou com cerca de 5 mil agentes, incluindo homens das polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil. O conflito deixou um saldo de 84 mortos, sendo 69 guerrilheiros ou apoios da guerrilha, 11 militares e 4 camponeses sem vínculos com o partido ou o Exército. Vinte e nove guerrilheiros sobreviveram às três campanhas» (Nossa, 2009). Sobre essa contagem, ver Viana, 2013: 19. É importante observar a desproporção entre as forças do Exército, supostamente treinado para ações militares, e as da guerrilha.

já quase no final, o romance traz a compreensão da densidade da dor e do medo que permaneceram nos moradores da região.

O texto de Brum é lido por Silva (2020: 101) como uma superação do luto. A autora do artigo seleciona passagens da narrativa que mostram que o testemunho serve como forma de resistência ao silêncio imposto ao tema da ditadura no Brasil e, ainda, ajuda na resolução do trauma e do luto. Já para Oliveira (2015: 229), trata-se de um romance de testemunho em que Cilon, o objeto da narração, «é a “imagem fantasmática” de um tio de cuja presença não partilhou». Oliveira afirma ainda que a voz narradora está cindida entre a subjetividade autobiográfica e os testemunhos que colhe:

o narrador posiciona-se dentro e fora do relato, simultaneamente: [...], no «fogo-fátuo» do título [do segundo fragmento], posiciona-se sobre a emotividade do discurso e lança uma interpretação metafórica, alicerçada sobre o paralelismo entre o fenômeno real do fogo-fátuo — comum nos cemitérios nos quais estranhas chamas azuladas aparecem e desaparecem sem deixar vestígios como efeito da decomposição dos corpos — e o fantasma de uma ausência cuja presença é o mote que percorre toda a narração. (Oliveira, 2015: 229-230)

Quer dizer, para Oliveira, «a verdadeira testemunha não deixou nenhum vestígio de si». No entanto, ela também observa que *Antes do passado* não é exatamente «uma escrita testemunhal, mas sim [a] reconstrução de um rosto, de um nome do qual só restaram pedaços perdidos em fotos, cartas, documentos esparsos e, especialmente, na memória daqueles que podem atestar sua existência» (2015: 229). Vemos, assim, que para Oliveira *Antes do passado* é e não é testemunho. Para tentar esclarecer este ser ou não ser testemunho, retomo, sucintamente, o artigo de revisão sobre o assunto de Valéria De Marco (2004).

Levando em conta o artigo de De Marco, pode-se considerar que entre os estudos de testemunho existem, essencialmente, duas grandes correntes hegemônicas: a que tem como *corpus* de reflexão a literatura produzida a partir do extermínio nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, que costuma abordar questões de memória e trauma, e a sistematizada pelos Estudos Culturais estadunidenses, que inclui textos latino-americanos originados da violência das ditaduras. Apesar de que ambas, segundo De Marco, têm interpretações diferentes do momento histórico de elaboração do testemunho — uma como tempos de exclusão social, a outra como tempos de inclusão⁷ —, as duas se referem à

⁷ Depois de tecer algumas considerações sobre a relação entre a canonização, na América Latina, do gênero testemunho, a inclusão da voz do subalterno nos espaços de poder letrado e a Revolução Cubana, De Marco afirma, para o testemunho sistematizado pelos Estudos Culturais, que «a essa aceitação do conceito de literatura de testemunho subjaz uma interpretação ideológica do século xx:

relação entre literatura e violência e entendem que a *mimese* é a natureza da literatura, «no entanto, desenvolvem indagações bastante diversas sobre as possibilidades de a palavra representar a realidade, formulando, no limite, hipóteses antagônicas de interpretação da produção literária que tem sido designada pelo conceito de testemunho» (De Marco, 2004: 45).

Na corrente sistematizada a partir dos campos de concentração, o escritor se pergunta sobre os limites da língua para representar a barbárie, «sobre a possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível» (De Marco, 2004: 57). Seguindo essa reflexão, *Antes do passado*, mesmo definido como crônica pela narradora, está construído com a consciência da insuficiência das palavras para contar a história. Num primeiro olhar, salta à vista a fragmentação e a hibridez genérica que mistura o relato da busca com cartas datadas dos anos 2000, para uma avó que faleceu em 1989, recortes de jornais e fotos familiares.

Menos óbvios são os silêncios, quando se trata de falar da morte do tio. Quase no final de um parágrafo muito longo, num capítulo cujo título, a princípio, nada anuncia sobre o que vamos ficar sabendo, «À margem», lemos o seguinte:

Expliquei a ela [dona Nazaré] sobre as entrevistas, o livro [...]. Ela assentia com a cabeça, repetia a história, mais uma, duas vezes, inteira e aos pedaços, cada vez mais acrescentando detalhes — explicando, ao final, que não tivera alternativa: «Precisava entregar o povo da mata, senão os companheiros dele vinham e aí era pior.» Todos seus filhos sabiam da mesma história [...]. Propus a gravação com a câmera e ela aceitou sem pestanejar. (Brum, 2012: 236)

A narradora está na frente de quem entregara o tio para as forças de repressão e, ouvindo as suas palavras, só pensa, aparentemente, no vídeo que está fazendo. O parágrafo seguinte continua com «a caça ao melhor ângulo» para a gravação. Esse silêncio, essa falta de reação imediata,⁸ a descrição da reação da dona Nazaré, fazem pensar na dificuldade de achar a

um século marcado por um processo histórico de inclusão social. Essa perspectiva, ao não considerar a interlocução com a leitura deste século de tanta violência como processo histórico de exclusão social, dificulta a reflexão sobre a inserção particular da literatura de testemunho das últimas décadas da América Latina no mundo movente da literatura escrita por homens de diferentes línguas, utopias, etnias ou credos nesta nossa “era da catástrofe”, em que a violência e a barbárie, tanto quanto o capital, não encontram fronteiras geográficas, políticas ou étnicas» (De Marco, 2004: 49-50). Já o conceito de testemunho pensado à luz da Shoah «vem da zona da vida nua e aponta para outra concepção da literatura de testemunho radicalmente antagônica àquela hegemônica na crítica da literatura hispano-americana, pois ela se sustenta sobre uma interpretação do século xx como um processo histórico e social de sistemática exclusão (De Marco, 2004: 56-57).

⁸ Só vai retomar o assunto no fragmento seguinte.

palavra justa diante do ouvido. A falta da palavra justa parece ser também a origem da citação de versos de Ferreira Gullar e Lila Ripoll, quando tem que contar para a avó que o filho não foi morto em combate, foi assassinado, nem foi enterrado, porque os poetas «entoam as cantilenas mais precisas sobre os homens e o tempo em que vivem» (Brum, 2012: 241).

Por sua parte, para os Estudos Culturais, o testemunho literário paradigmático⁹ é o resultado do encontro entre um narrador de ofício (letrado), solidário, e alguém excluído dos espaços de produção de conhecimento legitimados (subalterno), mas cujo discurso é representativo de toda uma comunidade. Nesse sentido, fala-se de exemplaridade. Trata-se de um discurso que, baseado em fontes fidedignas, denuncia a violência política, que se contrapõe à versão oficial dos fatos e tem qualidade literária (De Marco, 2004: 46). Segundo predomine a função estética ou a comunicativa, será maior ou menor o grau de literaturização. Afirma Sklodowska (1992: 100) que as diferentes formas de «testimonio mediatizado – testimonio noticiario, testimonio etnográfico y socio-histórico, novela (pseudo) testimonial – difieren por su grado de novelización y, en consecuencia, por el grado de dominación de la función estética sobre la comunicativa».

Quando se pensa *Antes do passado* à luz desta corrente, a dúvida quanto ao seu caráter testemunhal cresce devido à ênfase da busca pessoal em detrimento da solidariedade com o grupo, à centralidade da voz da narradora e à descentralização da denúncia do Estado. Não se pode falar que a autora funcione como a narradora solidária com a comunidade que sofreu tanta violência. O foco da sua busca é recuperar, reconstruir, compreender, saber do tio; faltam-lhe o compromisso político com a comunidade e o tom de denúncia do Estado e da barbárie exercida sobre os habitantes da região. Inclusive, quase até o final da narrativa, parece lhe faltar a intencionalidade de se solidarizar com a comunidade. Mesmo depois das viagens para o Araguaia e das sucessivas experiências dos encontros com as e os moradores da região, como veremos, o relato continua marcado por tensões entre o interesse individual de achar o tio e a solidariedade com a dor e o sofrimento das e dos sobreviventes. No entanto, a presença dessas tensões, que marcam uma mudança na narrativa, nos leva para a reflexão sobre a questão da aprendizagem no romance.

3. Aprendizado

Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia é um texto incômodo, pela aparente falta de empatia com os sofrimentos dos e

⁹ Falo em «paradigmático» porque, quando o gênero começa a ser reconhecido na América Latina, em 1970, a partir do *Premio Casa de las Américas*, as qualidades imprescindíveis para que um texto fosse considerado testemunho eram a documentação fidedigna, obtida de uma testemunha idônea, a realidade e a imediatez. Já para 1972, «se añade a los requisitos de documentación, realidad e imediatez, la posibilidad de entender como testimonio el “registro de la memoria inmediata”» (Forné, 2014: 220).

das que saíram vivos/as daquela «guerra» no Araguaia. Mas também não se pode esquecer que a narradora cresceu no medo e no silêncio e na aceitação da ditadura, como pode se ver nas citações seguintes: «teu padrinho fez coisa errada, ouvi uma vez de um primo querido» (Brum, 2012: 22); «Os pais dele, teus avós, apoiavam a revolução de 64» (Brum, 2012: 43), diz para a narradora o tio Cid; «Para os pais de Tuca e Saulo, também corria tudo bem com a ditadura» (Brum, 2012: 138), comenta em uma carta direcionada à avó. Assim, a aceitação da ditadura parece marcar a relação com as e os entrevistadas/os, como a desconfiança, a impaciência com a história dos outros ou o desinteresse em ouvir o que não faça referência ao tio Cilon: «Uma árvore enorme e copada prendia minha atenção mais do que sua fala» (Brum, 2012: 191). Inclusive, parece marcar a oscilação na escolha das palavras, como, por exemplo, «doutrinar» (Brum, 2012: 83, 90, 93, 105, 247...) em lugar de «politizar» (Brum, 2012: 117), ou o descaso com a linguagem da militância: a narradora não sabe o significado de «célula» nem

se interessa em sabê-lo¹⁰ (Brum, 2012: 76), ou a necessidade de explicar a gíria «tinha caído» (Brum, 2012: 117). Além disso, entre os agradecimentos, no final do livro, há um para Hugo Stuart, que, anos depois, publica uma obra onde afirma, entre outras coisas, que sete dos guerrilheiros desaparecidos estão vivos com identidade mudada.¹¹

Apesar de que aqui e ali podem ser lidos momentos de incômodo da narradora com a ditadura e seus repressores,¹² é nas cartas direcionadas à avó Lóia, falecida em 1989, e a partir da «Terceira parte», referida à segunda viagem para o Araguaia, que melhor se pode observar as tensões e a mudança da personagem narradora. São 10 cartas que abrangem um período de seis anos, de 2005 a 2011, desde a tomada da decisão de ir atrás de notícias de Cilon até o momento da despedida da avó, depois de perceber que já sabe o que é possível saber sobre a vida e o assassinato do tio. Oito delas escritas em São Paulo, uma em Xambioá e outra em Brasília, a maioria acompanhada de

¹⁰ Chama a atenção que a narradora, com mais de 34 anos quando começa a busca, ainda não conhecesse o jargão da militância e ainda afirme que «admito que não me interessei em saber o que era célula, tão absorta eu estava na reconstrução da pessoa do tio, nas descrições das camisas quadriculadas e cor-de-rosa» (Brum, 2012: 76).

¹¹ Denúncia feita pelo Grupo Tortura Nunca Mais-RJ (2018) e em Ato de Solidariedade aos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (Xavier, 2018), em São Paulo. Tem que se esclarecer que toda esta polêmica surgiu em 2018, seis anos após a publicação de *Antes do passado*.

¹² Ver capítulos «Missão cumprida» e «Legado». No primeiro, desperta a raiva e a ironia da narradora uma foto na revista *Veja*, na qual, segundo nos conta, aparece um oficial aposentado ao lado de uma valise com seus «alfarrábios de guerra». A visão dessa imagem leva Brum a exclamar «Ah, a glória de esconder cadáveres de comunistas!» (Brum, 2012: 127). Já no segundo caso, a raiva vem depois da conversa, num voo de Brasília para São Paulo, com Henrique, que vinha do velório de seu tio, um integrante do Serviço Nacional de Informações (SNI), quando percebe que ela e a sua família não tiveram o direito de velar o tio Cilon (Brum, 2012: 200-201). O SNI foi criado em 1964, pelo general Golbery do Couto e Silva, para espionar cidadãos dentro e fora do Brasil. Foi extinto em 1990.

fotos,¹³ às vezes ilustrativas de algum aspecto nelas abordado, estas cartas funcionam como uma espécie de resumo do que já lemos nos capítulos que as precedem, não aportam novidades quanto aos fatos e se distribuem de forma desigual entre as quatro partes do livro.

Escritas numa linguagem intimista e cheia de afeto, nelas aparece uma e outra vez a «interdição» familiar,¹⁴ que impedia falar ou perguntar sobre o que acontecera com o padrinho e que acaba motivando a saída de Brum em busca de informação (Brum, 2012: 35). As cartas se organizam de forma a convencer a avó, e a si mesma, de que Cilon não era um delinquente. Começam com uma imagem de herói, que arrisca a vida para assistir ao batizado da sobrinha, mas depois vai predominando a de um homem de seu tempo (Brum, 2012: 76), um homem que sonhava (Brum, 2012: 56) e que «Não foi levado. Escolheu» (Brum, 2012: 107), cuja entrada para a militância foi consciente, uma opção de solidariedade para com os outros (Brum, 2012: 138). Também explicam que se desligar dos laços familiares foi necessário para que as pessoas queridas não corressem riscos.

O recurso predominante para convencer a avó é a comparação. Compara as famílias e as mães, como nos casos de Saulo Garlippe e de sua irmã Tuca, também desaparecida no Araguaia,

citados acima, de Maria dos Anjos, cozinheira na fazenda onde Cilon esteve preso, «que tinha uma fileira de crianças como a senhora, vó» (Brum, 2012: 196), ou, ainda, de Bergson Gurjão Farias, que também foi para São Paulo, «(Como o tio Cilon.)», e morou numa república, «(Igual ao tio, de novo.)» (Brum, 2012: 187). Neste último caso, a comparação mais sutil talvez seja entre as mães que esperam a volta dos filhos: dona Luiza, de 94 anos, esperou 10 anos para a identificação do corpo do filho para poder enterrá-lo (Brum, 2012: 239).

Já nas cartas da segunda parte do livro, escritas em Xambioá e Brasília, é mostrado e compreendido o sofrimento dos habitantes do Araguaia, o que viveram e a ofensa que sentem até hoje: «uma enorme quantidade de gente do exército, sob comando dos generais e do presidente da República, foi colocada ali para machucar as pessoas na carne e na honra» (Brum, 2012: 186). Esses textos contrastam fortemente com os capítulos que os precedem, onde predominam, como vimos, a impaciência e o desinteresse pelas histórias que não falem do tio Cilon. Neles, a narradora conta minúcias do dia a dia da sua estada na região: fala sobre a casa em que se hospeda, os cheiros, os nomes de cada uma das pessoas que a acolhem; interpreta, avalia e compara os medos e desconfianças de seus anfitriões com

¹³ À exceção das não escritas fora de São Paulo e da nona, onde conta como foi assassinado Cilon.

¹⁴ Nesse sentido, o silêncio do subtítulo do livro parece não vir só do Araguaia.

os próprios. Vejamos a passagem seguinte, que é parte da carta escrita em Brasília, em que conta o seu encontro com Dília, irmã de Maria da Paz, uma mulher que aos 14 anos conviveu com Cilon na fazenda onde a sua mãe era cozinheira e seu pai guia do Exército:

Nessa cidade todo mundo tem medo de falar. Todo mundo tem um medo muito maior – diferente, eu diria. *Alguém andou espalhando por lá que nós, os familiares dos militantes comunistas, estamos preparando uma vingança [...]* Não sei dizer o que consideram uma revanche. Para alguns acho que seria o «olho por olho, dente por dente», para outros, uma variante muito particular do que chamamos justiça. *Não aprenderam, vô, que justiça é responsabilidade do poder judiciário.*

Então essa mulher, que ainda vive a herança do jugo, estava apavorada quando cheguei a sua casa. *Depois, avalei ser normal tanta emoção. Também eu estava muitíssimo tensa – também eu carregava a desconfiança.*¹⁵ (Brum, 2012: 195-196)

Essa citação é um pouco longa, mas importante para entender o olhar da narradora em relação à ditadura e aos moradores e moradoras da região: em lugar de questionar o «alguém» que espalha boatos para gerar medo e controlar a população (seria alguém enviado

pelos militares da ativa? alguém ligado ao antigo SNI? como é possível que nos anos 2000 ainda isso seja possível? que interesses estão em jogo? e se os militares tanto se orgulham da sua ditadura, porque não assumem publicamente suas torturas e desaparecimentos? etc.), em lugar de refletir sobre essa circunstância, a narradora foca sobre o que a população entende ou não entende sobre justiça. Mas, na sequência, consegue enxergar e registrar o medo de Dília analisando a própria desconfiança, consegue se identificar com a sua interlocutora. Também a partir do primeiro capítulo da terceira parte, «O terceiro lado» (Brum, 2012: 209), vai se repetir essa tensão entre enxergar ou não o sofrimento das pessoas que entrevista. Ali, ela vai ouvir, finalmente, a história de Maria da Paz, afilhada do major Curió¹⁶, comandante da repressão no Araguaia. Quando fica sabendo dessa relação, a narradora se pergunta: «Como podiam [...] ter mantido laços de afetividade com meu tio? De que lado estava aquela família?» (Brum, 2012: 210). Mas logo na sequência afirma:

Sem perceber, raciocinei do modo oblíquo que sempre abominei – *cobrava um posicionamento à direita ou à esquerda* de quem, em 1973 e com catorze anos, sob a tutela da sua

¹⁵ Destaque meu.

¹⁶ Sebastião Rodrigues de Moura (15/12/1934), o Curió, atualmente coronel na reserva, foi um dos militares responsáveis pela repressão à Guerrilha do Araguaia. Segundo Teles e Leite (2013: 35), ele fundou a cidade de Curianópolis «com o objetivo de explorar o ouro ali localizado como forma de recompensa por ter sido um dos responsáveis pelo massacre à Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, de 1972 a 1974».

família, vivera uma contingência. Queria que aquela mulher tivesse coerência com o presente, a partir do passado vivido sob jugo: coloquei-me no papel de juiz ¾ existe algo mais irresistível do que julgar o outro?¹⁷ (Brum, 2012: 210-211)

Nem de direita, nem de esquerda: «o terceiro lado» se titula o capítulo. Se, por um lado, na escolha do adjetivo «oblíquo», na explicação autocrítica, entre travessões, e na pergunta retórica do final, há um claro julgamento de quem condena – como alguns das e dos familiares de desaparecidos – a colaboração dos camponeses com o Exército, por outro, há um gesto de compreensão da situação e um esforço por não julgar. Mas esse capítulo ainda traz mais elementos que justificam ou demonstram a hipótese de que em *Antes de passado* há um aprendizado da narradora depois dos encontros com os e as sobreviventes, já que ela finalmente decide ouvir e registrar não apenas as histórias que se relacionam com o tio, mas também as que dizem respeito a Maria da Paz e, nos capítulos seguintes, a Maria dos Anjos e a Seu Salvador. A cita anterior continua:

De tudo isso [cita acima], fui me dando conta aos poucos, à medida que baixava a guarda e me deixava guiar pelo que importava: captar falas, gestos e imagens de meu tio Cilon dentre

as palavras de Maria da Paz [...]. Por isso, admiti para mim, me interessei pela história dela. Por esse motivo fui absorvendo seu mundo através de sua fala quase incessante e do seu impulso instintivo de gritar as experiências de guerra.¹⁸ (Brum, 2012: 211)

Pode-se notar, mais uma vez, a tensão de que falei anteriormente: se o motivo para ouvir e se interessar pela história de Maria da Paz ainda é captar vestígios do tio, a narradora agora também ouve a sua fala e registra o sofrimento na escolha do verbo «gritar» (e não apenas «dizer») para se referir às experiências de guerra. Até que se produz uma espécie de descentralização, que Brum e seu tio deixam de ser o centro:

Saí de Brejo sensibilizada com dona Nazaré. Mesmo quando me contou, em detalhes, que ela e o marido entregaram meu tio para a «polícia». Mesmo quando soube depois que, sob ordens dessa «polícia», meu tio foi morto. Que seu marido foi cooptado pelo chefe dessa mesma «polícia», tendo se tornado um de seus principais colaboradores. Até o dia que acordou morto, na sua própria cama. A perícia atestou suicídio. Mas a viúva duvida. (Brum, 2012: 238)

Ainda que partindo dos próprios sentimentos, para o final do parágrafo o que importa é a

¹⁷ Destaque meu.

¹⁸ Destaque meu.

morte do marido de dona Nazaré e as suas suspeitas em relação ao atestado de óbito. Pode se ver, assim, uma mudança no romance, que provavelmente só foi possível como consequência dos vários encontros no Araguaia e do momento histórico que o Brasil estava vivendo, ou, como diz a própria autora na «Apresentação», quando enfrentou as «forças paralisantes, tão abstratas quanto profundas, cujas raízes só a maturidade e a cristalização (parcial) da recente história do Brasil me permitiram compreender» (Brum, 2012: 11).

4. Palavras finais

Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia faz o relato de como a narradora passou a limpo a história de seu tio e padrinho Cilon Cunha Brum e assim pôde seguir a sua própria vida. Escrita fortemente marcada pela busca pessoal e individual, como se o tio fosse o único desaparecido, essa escrita, no entanto, acaba registrando também os medos, o mal-estar e a memória do horror vivido pelos/as habitantes da região no «tempo da guerra». O olhar com que começa a busca, a partir de 2003, ainda marcado pela formação num meio que aceitava a ditadura, em algum momento muda, não radicalmente, mas muda. A transformação se produz já no contexto das leis dos desaparecidos, de reparação e dos governos do Partido dos Trabalhadores. No texto, mesmo que em alguns momentos haja a identificação com familiares de outras e outros desaparecida/os, essa mudança se traduz mais definitivamente

na atenção dada aos sofrimentos das e dos camponesas/es que viveram aquele período. A passagem do descaso para a escuta é um traço de aprendizado. Assim, a personagem narradora parece encarnar as contradições de sua época: ela sai em busca de seu tio, de rastros de seu tio, e acaba se transformando no contexto de um Brasil que também parecia se transformar.

Bibliografia

Impressa

Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes. São Paulo;

Brum, H. L. (2012). *Antes do passado. O silêncio que vem do Araguaia*. Arquipélago Editorial. Porto Alegre;

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. (s.d). *A condenação do Estado brasileiro no Caso Araguaia pela Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Editora Artprinter. São Paulo;

Lukács, G. (1968). *Goethe y su tiempo*. (Trad. de Manuel Sacristán). Ediciones Grijalbo. Barcelona;

Mezarobba, G. (2010). O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. Em: E. Teles e V. Safatle. *O que resta da ditadura*. Boitempo Editorial. São Paulo;

Napolitano, M. (2014). *1964. História do regime militar brasileiro*. Contexto. São Paulo;

Teles, A. e Leite, R.S.C. (2013). *Da guerrilha à imprensa feminista. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. Intermeios. São Paulo.

Digital

Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (s.d.). Projeto Direito à Memória e à Verdade. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://alice.org.br/mais-projetos/linha->

-4-%E2%80%93direito-a-memoria/direito-a-memoria-e-a-verdade/;

Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório. Volume III. Mortos e desaparecidos políticos*. Comissão Nacional da Verdade. Brasília [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf;

De Diego, J.L. (1998). *La novela de aprendizaje en Argentina. Primera parte. Orbis Tertius*, **3** (6): 1-19 [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: https://www.orbister-tius.unlp.edu.ar/article/view/OTv03n06a01/pdf_231;

De Marco, V. (2004). A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, **62**: 45-68 [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000200004>;

Forné, A. (2014). El género testimonial revisitado. El Premio testimonio de Casa de las Américas (1970-2007). *El Taco en la Brea*, **1** (1): 216-232 [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://doi.org/10.14409/tb.v1i1.4213>;

G1. (2018, 3 de dezembro). Ossada de desaparecido político durante a ditadura militar é identificada. *Jornal Nacional*. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/03/ossada-de-desaparecido-politico-durante-a-ditadura-militar-e-identificada.ghtml>;

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. (2018, 13 de agosto). Nota do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ de repúdio ao livro de Hugo Stuart. *Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania*. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://institutohelenagreco.blogspot.com/2018/08/nota-do-grupo-tortura-nunca-mais-rj-de.html>;

Nossa, L. (2009). Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia. *O Estadão de São Paulo*. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia,390566>;

Oliveira, M.R.D. (2015). O resgate de um corpo ausente: Testemunho, memória e restos em *Antes do passado*. *Revista da ANPOLL*, **1** (38): 224-233 [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://revista-daanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/850>;

SILVA, J.B. e. (2020). O passado entrelaçado ao presente: Ecos do silêncio que vem do Araguaia. *Itinerários*, **50** (Seção 1964 e Suas Representações). Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/13386>;

Teles, E. (2021). Onde estão os nossos desaparecidos políticos? *Boitempo*. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://blogda-boitempo.com.br/2021/09/01/onde-estao-os-nossos-desaparecidos-politicos/>;

Viana, G.A. (coord.). (2013). *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da justiça de transição*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília [versão eletrônica]. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/sdh_direito-a-memoria-e-a-verdade-camponeses-mortos-e-desaparecidos_2013.pdf;

Xavier, C. (2018). Livro de Studart serve à tortura de familiares de desaparecidos políticos. *Fundação Maurício Grabois*. Acedido em 7 de novembro de 2022, em: <https://www.grabois.org.br/portal/noticias/154574/2018-09-01/livro-de-studart-serve-a-tortura-de-familiares-de-desaparecidos-politicos>.